cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.06.03 07:31:28 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 3, 4 e 5 de junho de 2023 • Nº 1574 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

PERDAS

STF valida acordo de R$ 27 bi com estados para repor ICMS

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta sexta-feira para dar aval a um acordo firmado entre a União, os estados e o Distrito Federal para reposição das perdas impostas pelo corte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis. No acordo, anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em março, a União se compromete a pagar R$ 27 bilhões às unidades da federação para compensar a redução do imposto aprovada em 2022 sob o governo Jair Bolsonaro (PL). Naquele momento, o então presidente buscava a reeleição num cenário de alta de preço dos combustíveis, inflação elevada e desgaste político. Outro acordo parcial relacionado ao ICMS já havia sido aprovado pelo Supremo em dezembro do ano passado. PÁGINA 3

BESTA DE SAPATÊNIS

Zema exalta Sul e Sudeste com fala xenofóbica

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou nesta sexta-feira que os estados do Sul e do Sudeste são diferentes porque neles há proporção maior de pessoas trabalhando do que vivendo de auxílio emergencial. A declaração ocorreu na abertura do encontro do Cosud (Consórcio de Integração Sul e Sudeste), em Belo Horizonte, na presença de outros 5 dos 7 governadores das duas regiões, que pretendem formalizar a criação do grupo --o que passa pela aprovação das Assembleias Legislativas. A abertura aconteceu na Sala Minas Gerais, a casa oficial das apresentações da Orquestra Filarmônica de MG. Apenas o governador de SP, Tarcísio de Freitas, não participou da abertura. "Se tem estados que podem contribuir para este país dar certo, acredito que são estes sete estados aqui. São estados onde, diferente da grande maioria, há uma proporção muito maior de pessoas trabalhando do que vivendo de auxílio emergencial", afirmou. PÁGINA 5

EFEITO BC

IBGE

IBGE: produção industrial em abril registra queda de 0,6%

A produção industrial brasileira registrou queda de 0,6% em abril. O resultado ocorreu depois da alta de 1% no mês anterior. Naquele momento, o percentual interrompeu dois meses seguidos de recuo. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a produção da indústria recuou 2,7%. O acumulado do ano apresentou queda de 1% e, em 12 meses, mostra variação negativa de 0,2%. No caso dos veículos, a baixa veio após dois meses de estagnação. A variação foi nula (0%) em fevereiro e março. "Automóveis e caminhões, que são os itens de maior peso na atividade, tiveram queda na produção (em abril)", disse André Macedo (**foto**), gerente da pesquisa do IBGE. PÁGINA 2

2023

Justiça libera R$ 9 bi em precatórios para o INSS

A Justiça Federal liberou R$ 9,048 bilhões para pagar os precatórios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a aposentados, pensionistas e demais beneficiários que derrotaram o instituto em ações de concessão ou revisão no Judiciário. Os precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos. Ao todo, o CJF (Conselho da Justiça Federal) enviou R$ 23 bilhões para os TRFs (Tribunais Regionais Federais) pagarem ações a 148.341 beneficiários que venceram 89.144 processos. Desse total, R$ 9,048 bilhões são precatórios de natureza previdenciária e/ou assistencial, que representam 57.170 ações com 84.551 beneficiários. Os valores já foram disponibilizados e devem cair na conta dos cidadãos no início da próxima semana. O montante liberado anualmente envolve o pagamento de verba a aposentados e pensionistas da Previdência Social e também a servidores. PÁGINA 3

BLOCOS

Lula diz que acordo entre Mercosul e UE não vai ser assinado sem ajuste

ROVENA ROSA/ABRASIL

Ao participar da inauguração de uma fábrica 100% nacional de ônibus elétricos, em São Bernardo do Campo (SP), na tarde desta sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) afirmou que o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia não será assinado sem que haja ajuste na proposta. "Os que os europeus querem no acordo? Que o Brasil abra as portas para compras governamentais. Ou seja, eles querem que o governo brasileiro compre as coisas estrangeiras ao invés das coisas brasileiras. E se eles não aceitarem a posição do Brasil, não tem acordo. PÁGINA 2

JUSTIÇA

Instalação de tirolesa no Pão de Açúcar é suspensa

A Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou na quinta-feira passada a suspensão das obras de instalação de uma tirolesa no Pão de Açúcar, na Urca, na zona sul da cidade. O plano da empresa que administra o local era fixar cabos de aço ligando os morros da Urca e do Pão de Açúcar, distantes 755 metros entre si, e a 396 metros do nível do mar. Em nota, o Parque Bondinho Pão de Açúcar, empresa que administra o local, afirma não ter tido acesso à decisão e que "seguiu todos os requisitos técnicos solicitados". Consequência de uma ação civil pública ajuizada pela Procuradoria da República no Rio, a decisão liminar foi assinada pelo juiz Paulo André Espirito Santo Bonfadini, da 20ª Vara Federal. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: 1,8% / 112.558,15 / 1.993,49 / Volume: R$ 28.694.780.049 / Negócios: 4.579.537

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
COSAN ON NM	16.53	+7.90	+1.21
ASSAI ON NM	11.500	+4.45	+0.490
SID NACIONALON	12.82	+4.91	+0.60
CSNMINERACAOON N2	4.670	+4.47	+0.200
VALE ON NM	67.94	+4.27	+2.78

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
VIA ON ATZ NM	2.25	−10.36	−0.26
MAGAZ LUIZA ON ATZ NM	3.87	−4.68	−0.19
TOTVS ON NM	28.83	−4.19	−1.26
RAIADROGASILON NM	27.59	−3.60	−1.03
COGNA ON ON NM	2.91	−3.32	−0.10

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	67.94	+4.27	+2.78
PETROBRAS PN N2	27.18	+0.82	+0.22
LOJAS RENNERON NM	20.47	−0.44	−0.09
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	27.09	+1.46	+0.39
B3 ON NM	14.42	+0.84	+0.12

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.762,76	+2,12
NASDAQ Composite	13.240,765	+1,07
Euro STOXX 50	4.326	+1,61
CAC 40	7.270,69	+1,87
FTSE 100	7.607,28	+1,56
DAX 30	16.051,23	+1,25

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (3/6)	0,68%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%
IGP-M	-1,84% (mai.)
IPCA (5)	0,39% (mai.)
CDI 0,10	até o dia 2/jun.
OURO BM&F/grama	R$ 307,00
EURO Comercial	Compra: 5,3037 Venda: 5,3043
EURO turismo	Compra: 5,3567 Venda: 5,5367
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9552 Venda: 4,9558
DÓLAR comercial	Compra: 4,9527 Venda: 4,9533
DÓLAR turismo	Compra: 4,9642 Venda: 5,1442

MERCADOS

Commodities e PIB impulsionam Bolsa na semana; dólar cai

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou com forte alta e registrou mais uma semana de ganhos nesta sexta-feira, impulsionada por ações da Petrobras e da Vale e apoiada pelo crescimento acima do esperado da economia brasileira no primeiro trimestre.

Já o dólar teve mais um dia de queda com o aumento da expectativa de que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) deve promover uma pausa na alta de juros nos Estados Unidos.

O Ibovespa (Índice Bovespa) teve alta de 1,8% nesta sexta-feira, chegando aos 112.558 pontos, melhor patamar desde janeiro. Na semana, o índice acumula alta de 1,46%.

O dólar, por sua vez, caiu 1,03% e fechou cotado a R$ 4,954, acumulando desvalorização de 0,61% na semana.

O desempenho da Bolsa brasileira nesta sexta foi sustentado principalmente pelas ações da Vale, que foram as mais negociadas da sessão e subiram 4,37% em meio à alta nos contratos futuros do minério de ferro.

Os papéis da CSN e da CSN Mineração também foram beneficiados pela alta da commodity e ficaram entre os maiores ganhos do dia, subindo 4,91% e 4,47%, respectivamente. A Cosan liderou os ganhos do dia, registrando alta de 7,9% após o BTG Pactual ter reforçado a recomendação de compra das ações da companhia.

Auxiliou o Ibovespa, ainda, a Petrobras, que teve alta de 1,29% nas ações ordinárias e de 0,81% nas preferenciais favorecida pelo avanço dos preços do petróleo no exterior.

No lado negativo, ações da Via, da Magazine Luiza e da Totvs tiveram as maiores quedas -de 10,36%, 4,68% e 4,19%, respectivamente- após sofrerem cortes de recomendações de compra.

Com isso, as curvas de juros futuros apresentam queda desde o início do mês passado. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024, por exemplo, fecharam o dia em 13,21%, ante 13,25% no início de maio. Para 2025, o declínio foi ainda maior: saíram de 11,98% para 11,47%.

Em Nova York, o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq fecharam em alta de 2,12%, 1,45% e 1,07%, respectivamente.

IBGE

Produção industrial tem queda de 0,6% em abril

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A produção industrial brasileira registrou queda de 0,6% em abril. O resultado ocorreu depois da alta de 1% no mês anterior. Naquele momento, o percentual interrompeu dois meses seguidos de recuo.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a produção da indústria recuou 2,7%. O acumulado do ano apresentou queda de 1% e, em 12 meses, mostra variação negativa de 0,2%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou, nesta sexta-feira, os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), com esses resultados, a indústria ainda se encontra 2% abaixo do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 18,5% aquém do ponto mais alto da série histórica, obtido em maio de 2011.

O gerente da PIM, André Macedo, observou que diferentemente dos últimos três meses do ano passado, quando houve saldo positivo acumulado de 1,5%, no início de 2023, há uma maior presença de resultados negativos. "Em abril, observamos uma maior disseminação de quedas na produção industrial, alcançando 16 dos 25 ramos industriais investigados. Esse maior espalhamento de resultados negativos não era visto desde outubro de 2022", ressaltou, em texto publicado pelo IBGE.

SEGMENTOS

Conforme a pesquisa, os produtos alimentícios (-3,2%), máquinas e equipamentos (-9,9%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,6%), foram as principais influências negativas para o desempenho do indicador em abril. Entre as três influências, o setor de produtos alimentícios foi o responsável pelo maior impacto negativo no resultado deste mês, ao ter o quarto mês seguido de recuo na produção. No período, a perda acumulada é de 7,3%.

De acordo com o gerente, anteriormente à sequência de retrações, o setor teve resultados positivos por três meses consecutivos, o que resultou em um ganho acumulado de 20,2%, o que para ele, ainda significa um saldo positivo. "Em abril houve grande influência negativa por parte da produção de açúcar. Isso teve relação direta com um maior volume de chuvas, especialmente na segunda quinzena do mês, nas regiões produtoras de cana-de-açúcar da região Centro-Sul do país", contou, lembrando que a queda foi atenuada pela retomada do crescimento de carnes de bovinos, após ter sido atingida pelas restrições de exportação para a China.

Já o setor de máquinas e equipamentos, com a queda de 9,9%, eliminou o crescimento de 6,7% anotado em março. "Neste mês, houve queda disseminada nos seus principais grupamentos", apontou o IBGE.

Após registrar variação nula nos meses de fevereiro e março, o segmento de veículos automotores, reboques e carrocerias teve redução de 4,6%. "Automóveis e caminhões, que são os itens de maior peso na atividade, tiveram queda na produção", completou.

A influência negativa no indicador se estende ainda a equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,4%), indústrias extrativas (-1,1%), bebidas (-3,6%), produtos de metal (-3,3%), outros equipamentos de transporte (-5,2%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-2,9%).

Em sentido contrário, entre as nove atividades que tiveram aumento na produção, o maior impacto positivo em abril partiu do setor de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis que apresentou avanço de 3,6%. "Trata-se do terceiro resultado positivo em sequência do setor, período em que acumulou crescimento de 6,3%", indicou o IBGE.

Nas grandes categorias econômicas, houve recuos nos setores de bens de capital (-11,5%) e bens de consumo duráveis (-6,9%). O movimento foi diferente em bens de consumo semi e não duráveis, que registrou alta de 1,1% e em bens intermediários com ganho de 0,4%. A primeira eliminou a perda de 0,6% acumulada na passagem de fevereiro para março e a segunda teve expansão de 1,8% decorrente de três meses seguidos de aumento na produção.

Em relação a abril de 2022, a indústria registrou queda de 2,7%, com resultados negativos em 18 dos 25 ramos pesquisados. "As principais influências negativas vieram de produtos químicos (-12,2%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-9,7%) e máquinas e equipamentos (-14,3%)", apontou o IBGE.

Houve recuo ainda em Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-15,7%), metalurgia (-5,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-12,2%), produtos de metal (-8,7%), produtos de minerais não metálicos (-9,6%), bebidas (-7,2%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-9,9%) e produtos de madeira (-15,9%).

As maiores influências positivas ficaram por conta de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,2%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (18,1%). Os resultados positivos também foram notados nos ramos de produtos alimentícios (2%), de indústrias extrativas (1,4%) e de outros equipamentos de transporte (19,2%).

PROJEÇÃO

Marinho projeta mais de 2 milhões de vagas com carteira em 2023

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta sexta-feira que o governo projeta a geração de mais de 2 milhões de empregos com carteira assinada este ano.

"No mês passado, de abril, anunciamos 180 mil novos empregos formais, somando 705 mil novos empregos, no saldo de janeiro a abril. Tenho certeza que nós podemos projetar para este ano mais de 2 milhões de empregos formais no Brasil, chegando de 2,2 milhões a 2,5 milhões de empregos", afirmou durante a inauguração de uma fábrica 100% nacional de ônibus elétricos, em São Bernardo do Campo (SP).

Apesar do saldo positivo de 180 mil empregos formais em abril, houve queda em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, a diferença entre o número de contratações e de demissões ficou em 180.005. O número também representa uma queda de 12,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando 205.499 postos de trabalho foram criados.

MONTADORAS

Setor automotivo patina com juro alto e aguarda por carro popular

Juros altos, poder de compra fragilizado e paralisações de fábricas. Segundo analistas, esses fatores explicam em grande parte o desempenho recente da indústria automotiva no país.

Em abril, a produção nacional de veículos automotores, reboques e carrocerias caiu 4,6% ante março, apontam dados divulgados nesta sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com o órgão, a atividade foi uma das principais responsáveis pela retração da produção da indústria como um todo no mesmo período (-0,6%), ao lado de produtos alimentícios (-3,2%) e máquinas e equipamentos (-9,9%).

No caso dos veículos, a baixa veio após dois meses de estagnação. A variação foi nula (0%) em fevereiro e março. "Automóveis e caminhões, que são os itens de maior peso na atividade, tiveram queda na produção (em abril)", disse André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

A fraqueza ocorre em meio à expectativa do setor pelo avanço do programa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para baratear os preços de carros populares.

Na visão de Antônio Jorge Martins, coordenador de cursos automotivos da FGV (Fundação Getulio Vargas), o projeto tende a elevar as vendas caso saia do papel, mas não deve resolver todos os problemas que freiam o setor.

O professor estima que os custos de produção dos automóveis aumentaram em torno de 55% após os impactos da pandemia, que paralisou fábricas devido à escassez de insumos como semicondutores.

Enquanto isso, o projeto do governo prevê baixar em até 10,96% os preços dos carros populares a partir da redução de impostos, segundo informações divulgadas na semana passada.

"Essa medida, de maneira isolada, não reverte a crise do setor. A elevação dos custos foi de 55%, e a redução dos preços é de até 10%, 11%", diz Martins.

"Terá movimentação nas vendas? Claro. Um prenúncio disso é que muitos consumidores estão deixando de comprar agora [para esperar o programa], mas não resolve a crise como um todo", acrescenta.

GOVERNO BOLSONARO

CGU detecta quase R$ 2 bi em pagamento indevido de auxílios

Em relatório divulgado nesta sexta-feira, a CGU (Controladoria-Geral da União) afirma ter detectado quase R$ 2 bilhões em possível pagamento irregular dos auxílios caminhoneiro e taxista a beneficiários que não cumpriam os critérios estabelecidos pelo governo.

Os dois auxílios foram criados por meio da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dos Benefícios -medida anunciada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para turbinar benefícios sociais e às vésperas da eleição. O valor do vale era de R$ 1.000 e foi concedido entre julho e dezembro do ano passado.

Segundo a CGU, cerca de 247 mil beneficiários do auxílio-taxista não atendiam aos critérios do programa, o que equivale 78% dos inscritos. Dos mais de R$ 1,8 bilhão dos créditos efetivados, 75% podem ter sido pagos indevidamente.

BLOCOS

Lula: acordo Mercosul-UE não será assinado sem ajuste

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Ao participar da inauguração de uma fábrica 100% nacional de ônibus elétricos, em São Bernardo do Campo (SP), na tarde desta sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia não será assinado sem que haja ajuste na proposta.

"Os que os europeus querem no acordo? Que o Brasil abra as portas para compras governamentais. Ou seja, eles querem que o governo brasileiro compre as coisas estrangeiras ao invés das coisas brasileiras. E se eles não aceitarem a posição do Brasil, não tem acordo. Nós não podemos abdicar das compras governamentais que são a oportunidade das pequenas e médias empresas sobreviverem nesse país", disse Lula em discurso a empregados e dirigentes da Eletra.

A empresa inaugurou novas instalações na Rodovia Anchieta, na região do ABC Paulista, com área de 27 mil metros quadrados (m^2) e capacidade para produzir 1,8 mil ônibus por ano, podendo chegar a 2,7 mil unidades a depender da demanda.

CADEIA PRODUTIVA

"O Brasil tem hoje uma cadeia produtiva completa de ônibus elétricos, com uma rede de assistência técnica e reposição de peças nacionais", assegurou a presidente da Eletra, Milena Braga Romano.

Para Lula, o estado brasileiro precisa atuar para reindustrializar o país. O presidente lembrou que a indústria, que chegou a responder por mais de um terço da renda nacional, hoje representa aproximadamente 11% do Produto Interno Bruno (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

"Cabe ao estado brasileiro garantir a sobrevivência da indústria brasileira para que a gente possa um dia ser competitivo com o mundo exterior. Então, se nós temos que comprar uma coisa, temos que valorizar aquele produto brasileiro que gera emprego e renda no Brasil, e melhore a qualidade de vida das pessoas", discursou Lula, defendendo a política de compras governamentais como forma de induzir o desenvolvimento da indústria nacional.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 26º Tarde 13º Noite 5% 06:40 17:28 **OUTONO:** Dia ensolarado com nevoeiro. Nublado à noite.

PERDAS

STF valida acordo de R$ 27 bi com estados para repor ICMS

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta sexta-feira para dar aval a um acordo firmado entre a União, os estados e o Distrito Federal para reposição das perdas impostas pelo corte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis.

No acordo, anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em março, a União se compromete a pagar R$ 27 bilhões às unidades da federação para compensar a redução do imposto aprovada em 2022 sob o governo Jair Bolsonaro (PL). Naquele momento, o então presidente buscava a reeleição num cenário de alta de preço dos combustíveis, inflação elevada e desgaste político.

Outro acordo parcial relacionado ao ICMS já havia sido aprovado pelo Supremo em dezembro do ano passado. A condução das tratativas foi feita pela equipe do ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo.

Já votaram a favor do acordo os ministros Gilmar Mendes, que é relator da ação, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Edson Fachin, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

Haddad informou, ao anunciar o acordo, que cerca de R$ 9 bilhões desse total já foram compensados por meio de liminares concedidas pelo STF a estados devedores da União no âmbito do grupo de trabalho criado pela Corte. O restante será abatido das parcelas da dívida com a União ou pago pela União (para estados com pequenas dívidas ou mesmo sem dívida) até 2026.

Com o acordo, o Executivo se compromete em encaminhar, em até trinta dias após a validação pelo Supremo, um projeto de lei complementar ao Congresso que autoriza um aditamento nos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com a União e cria a transferência temporária dos recursos.

"Os termos do acordo, assim como o projeto de lei complementar a ser enviado pela União, devem ser compreendidos pelo Poder Legislativo como um consenso político-jurídico possível, diante dos debates e das soluções encontradas", diz o ministro Gilmar Mendes ao votar por validar o acordo.

O acordo, ele diz, foi construído "sobre as bases de evitar-se alegações de interferência do Poder Judiciário".

O pagamento de uma reparação pela União aos estados se transformou em um dos principais impasses do início do governo Lula. Em dezembro, o STF, que atuou na intermediação do conflito após ser acionado por governadores, deu um prazo de 120 dias para União e estados chegarem a um acordo.

Até chegar ao número final, as tratativas exigiram intensa negociação e flexibilidade de ambos os lados. Em reunião ocorrida em janeiro, o governo federal argumentava que o "valor justo" da compensação se situaria entre R$ 13 bilhões e R$ 16 bilhões, mas chegou a propor R$ 22,5 bilhões. Os estados, por sua vez, falavam em uma reposição de até R$ 45 bilhões e reduziram o pedido a R$ 37 bilhões.

Em março do ano passado, Bolsonaro sancionou uma lei que uniformizou a alíquota do ICMS sobre gasolina, diesel e etanol. A cobrança do imposto estadual passou a ser de um valor fixo por litro ("ad rem"), em vez de um percentual. A medida teve impacto bilionário no caixa dos estados.

Dois meses mais tarde, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), articulou a aprovação de uma proposta que limitou em 17% o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações. Esses bens passaram a ser considerados essenciais.

O projeto foi alvo de intensa disputa entre estados, que alertaram para a perda de receitas, e o governo federal, que usou o momento de alta na arrecadação para alegar que os cofres dos estados estavam cheios e havia espaço para o corte de tributos.

Apesar da resistência dos governadores, que apontavam problemas para fechar as contas com a queda de arrecadação, a proposta foi aprovada com relativa folga nas duas Casas do Congresso Nacional, sendo sancionada em junho pelo então presidente.

O texto também previu compensações a estados que tivessem perdas superiores a 5% na arrecadação do imposto, mas a redação da norma deixou margem para diferentes interpretações. A forma de cálculo dessa reparação era alvo das divergências.

PESQUISAS

Fapesp reajusta bolsas de pesquisa em 6,7%

Bolsas de pesquisa custeadas pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) em todo o país foram reajustadas em 6,7%. Os novos valores passaram a valer na última quinta-feira. Em nota, o governo de SP diz que o reajuste aprovado pelo Conselho Superior da Fapesp, em 24 de maio, se refere ao acumulado de março de 2022 e fevereiro de 2023, de acordo com a inflação medida pelo IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

"A Fapesp já tinha reajustado, em abril deste ano, o valor das bolsas de estágio de pesquisa no exterior e das bolsas de pesquisa no exterior. Agora reajustamos as bolsas no país", disse Marco Antonio Zago, presidente da fundação, na nota.

"A expectativa da Fapesp é atrair, cada vez mais, os jovens para a ciência, apoiando sua formação, qualificação e lhe oferecendo oportunidades de inserção em projetos e grupos de pesquisa já consolidados", afirmou.

Também foi aprovado reajuste para bolsa de participação em curso PC-IV a partir de 1º de junho de 2023. Para as bolsas em andamento, a Fapesp explica que suplementará automaticamente as mensalidades restantes a partir da data de entrada.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM SÉRIE ÚNICA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª (Vigésima Nona) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), a se reunirem conjuntamente com: (i) a Emissora; (ii) a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"); em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 24 de janeiro de 2023, ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **26 de junho de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado Entre Ita Power Engenharia SPE LTDA ("Cedente"), Canal Companhia de Securitização ("Cessionária"), Susten Energia S.A, Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green LTDA., e Arcos Power Engenharia SPE LTDA ("Garantidores"), em virtude da não observância do prazo para a obtenção do registro da Alienação Fiduciária sobre o Direito de Superfície do Imóvel registrado sob a matrícula nº 17.292, localizado na Comarca da Itapecerica/MG e do Contrato de Promessa de Constituição Onerosa de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, Escritura Pública de Constituição do Direito Real de Superfície do Imóvel ("Registros Pendentes"); **(ii)** Caso aprovada a não Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da ordem do dia (i) acima, autorizar a concessão de prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias para que a Cedente apresente os Registros Pendentes devidamente averbados nos cartórios de registro de imóveis competentes; **(iii)** Caso aprovada a ordem do dia (ii) acima, autorizar que a Emissora reestabeleça a liberação de recursos conforme o avanço da medição de obras, na forma prevista nos Documentos da Operação; **(iv)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando a maioria dos CRI, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 05 de junho de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização, Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização.

FRAUDE CONTÁBIL

Mudança em Lei das S.A. propõe punir administradores de empresas

Uma mudança na Lei das S.A. proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê punir administradores de empresas que infringirem as regras de funcionamento do mercado de capitais, o que inclui casos de fraude contábil.

Investidores lesados pelas irregularidades poderão propor uma ação judicial específica para cobrar indenizações, e os administradores serão civilmente responsáveis pelos prejuízos, desde que comprovada a culpa ou o dolo (intenção de agir).

O projeto busca dar maior segurança jurídica aos investidores e afastar o risco de novas crises de confiança no mercado de capitais brasileiro, depois do impacto negativo causado por casos emblemáticos de fraude contábil envolvendo Americanas, CVC e IRB.

Após a revelação das inconsistências no balanço das Americanas, grandes varejistas brasileiras viram suas fontes de crédito secarem em meio à desconfiança generalizada de que outras empresas do setor pudessem ter problemas em suas demonstrações contábeis.

O objetivo do governo é atuar de forma preventiva, assegurando mecanismos de punição e ressarcimento caso novos episódios de omissão de informações ou fraudes ocorram no futuro.

O projeto de lei com as mudanças foi encaminhado nesta sexta-feira ao Congresso Nacional. O texto será analisado primeiro pela Câmara dos Deputados e, depois, pelo Senado Federal.

Se aprovadas, as novas regras serão aplicáveis a fatos ocorridos a partir da sanção do texto. Isso significa que os casos recentes, embora tenham contribuído para motivar as discussões internas do governo, não terão suas apurações afetadas pelas mudanças.

A proposta também aumenta os poderes da CVM (Comissão de Valores Imobiliários), órgão responsável por fiscalizar o mercado de capitais. O texto autoriza a autarquia a solicitar ao Judiciário a adoção de medidas de busca e apreensão para auxiliar em suas investigações.

Hoje, o regulador do mercado não tem essa prerrogativa, já concedida ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O fortalecimento da CVM também passa pela abertura de um novo concurso público para o preenchimento de vagas na autarquia num futuro próximo. Esse ponto específico, porém, não está no escopo do projeto enviado ao Legislativo.

O conjunto de medidas parte do diagnóstico do Ministério da Fazenda de que as leis que regem o mercado de capitais são boas, mas há um desafio de fazer com que elas sejam aplicadas na prática. A avaliação é de que é preciso modernizar os instrumentos e ampliar a capacidade de fiscalização para aprimorar o funcionamento do mercado.

Mesmo que a CVM conseguisse detectar todos os problemas, seu principal instrumento é a aplicação de multas. A autarquia não garante o ressarcimento de eventuais prejuízos dos investidores, sobretudo os minoritários -tarefa que cabe à Justiça.

Os mecanismos judiciais, no entanto, são considerados deficitários e raramente resultam em condenações.

O projeto de lei quer abrir novas possibilidades para que acionistas de empresas abertas busquem a responsabilização de administradores por danos causados. O texto também pretende facilitar a proposição de ações de responsabilidade civil contra o administrador pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.

A lei hoje diz que esse tipo de ação compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembleia geral de acionistas. Como alternativa, acionistas que representem pelo menos 5% do capital social da companhia também podem tomar essa iniciativa.

O projeto de lei elaborado pelo Ministério da Fazenda reduz essa trava, ampliando o escopo de acionistas que podem ingressar com a ação. Um dos dispositivos reduz a exigência a acionistas que representem no mínimo 2,5% do capital social, ou cujo valor seja igual ou superior a R$ 50 milhões.

O governo ampliou a porta de acesso porque 2,5% do capital social de uma empresa muito grande poderia representar uma exigência difícil de ser atendida. No caso da Petrobras, por exemplo, seria R$ 9,46 bilhões.

O texto proposto pelo governo Lula também prevê mecanismos para dar maior transparência aos processos de arbitragem usados para resolver conflitos societários -prática muito usada por companhias que aderiram ao chamado Novo Mercado, segmento de maior governança na Bolsa.

Hoje, os processos de arbitragem são sigilosos. O projeto institui, como regra, a publicidade desses processos, cabendo à CVM decidir sobre a necessidade de sigilo em algum caso.

O Ministério da Fazenda afirma, em nota, que o objetivo do projeto é "aprimorar a proteção dos investidores minoritários no mercado de capitais contra danos causados por atos ilícitos de acionistas controladores e administradores, aumentando a segurança jurídica dos investimentos".

"A intenção é assegurar o desenvolvimento seguro do mercado de capitais, alinhando o Brasil às melhores práticas internacionais", diz a pasta.

O órgão afirma esperar que a medida contribua para a melhoria da governança corporativa das empresas, "com o consequente aumento da confiança dos investidores no mercado de capitais e maior estímulo à concessão de crédito fora do sistema bancário, diversificando as fontes de financiamento das empresas".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 21 de junho de 2023, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do quórum de aprovação das matérias, prevista na Cláusula 11.6 do Termo de Securitização, o qual passará a exigir os Titulares dos CRI que representem, no mínimo, a maioria dos presentes na Assembleia Geral, em caso de aprovação, a referida Cláusula passará a vigorar da seguinte forma: "*11.6. Quórum de Deliberação (Geral). As deliberações em Assembleia Geral de Titulares de CRI, em primeira ou em segunda convocação, serão tomadas pelos votos favoráveis de titulares de CRI que representem, no mínimo, a maioria dos CRI presentes na respectiva assembleia, salvo se (i) a regulamentação aplicável prever quórum mínimo superior; ou (ii) se disposto de maneira diversa no presente Termo de Securitização ou no Termo de Emissão.*"; (ii) A alteração da definição da "Data de Aniversário", prevista na Cláusula 4.9 (3) do Termo de Securitização, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "*(3) Considera-se como "Data de Aniversário" as datas dispostas como "Data de Pagamento" no Anexo II a este Termo de Securitização.*"; (iii) A ratificação, referente ao pagamento das parcelas de nº 4 e de nº 5, constante do Anexo II do Termo de Securitização foi integralmente paga considerando-se como "Data de Aniversário", o disposto no item (ii) acima"; (iv) A concessão de waiver referente ao descumprimento da obrigação de envio, pela devedora e pela LS Energia GD I S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.424/0001-07 ("LS Energia GD I"), pela LS Energia GD II S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.446/0001-69 ("LS Energia GD II"), pela LS Energia GD III S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.409/0001-50 ("LS Energia GD III"), pela LS Energia GD IV S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.376/0001-49 ("LS Energia GD IV"), pela LS Energia GD V S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às margens da rodovia TO-342, s/n, (a 5km sentido Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP 77.650-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.808.356/0001-78 ("LS Energia GD V" e, quando em conjunto com a LS Energia GD I, LS Energia GD II, LS Energia GD III e LS Energia GD IV, "SPEs"), de seus balancetes trimestrais consolidados, referentes ao 1º e 2º trimestre de 2023; (v) A concessão de waiver para isentar a Emissora e as SPEs, do cumprimento da obrigação de apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas do ano de 2022 e das Demonstrações Financeiras auditadas do primeiro trismestre do ano de 2023, como prevê, em sua Cláusula 7.6 do Termo de Securitização, devendo apresentar as Demonstrações Financeiras não auditadas do ano de 2022, assim como as Demonstrações Financeiras não auditadas do primeiro trimestre do ano de 2023, até o dia 01 de julho de 2023; (vi) A concessão de um waiver para isentar a Emissora e as SPEs, do cumprimento da obrigação de apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas do segundo trimestre do ano de 2023, como prevê, em sua Cláusula 7.6 do Termo de Securitização, devendo apresentar tais demonstrações auditadas em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de encerramento do segundo trimestre do ano de 2023, no dia 14 de agosto de 2023; (vii) A concessão de um waiver, para isentar a Devedora do cumprimento da obrigação de atendimento do ICSD mínimo no primeiro e segundo trimestre de 2023, como prevê a Cláusula 5.4.1.4 do Termo de Emissão das Notas Comerciais; (viii) A concessão de waiver para isentar a Devedora da obrigação de cálculo do Fluxo de Caixa Livre para o primeiro e segundo trimestre de 2023, como prevê a Cláusula 5.4.1.2 do Termo de Emissão das Notas Comerciais; e (ix) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando a maioria dos CRI, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 01 de junho de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

INSS 2023

Justiça libera R$ 9 bilhões em precatórios

A Justiça Federal liberou R$ 9,048 bilhões para pagar os precatórios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a aposentados, pensionistas e demais beneficiários que derrotaram o instituto em ações de concessão ou revisão no Judiciário. Os precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos.

Ao todo, o CJF (Conselho da Justiça Federal) enviou R$ 23 bilhões para os TRFs (Tribunais Regionais Federais) pagarem ações a 148.341 beneficiários que venceram 89.144 processos. Desse total, R$ 9,048 bilhões são precatórios de natureza previdenciária e/ou assistencial, que representam 57.170 ações com 84.551 beneficiários.

Os valores já foram disponibilizados e devem cair na conta dos cidadãos no início da próxima semana.

O montante liberado anualmente envolve o pagamento de verba a aposentados e pensionistas da Previdência Social e também a servidores. Entra no lote de 2023 o beneficiário que teve a ordem de pagamento emitida pelo juiz entre os dias 2 de julho de 2021 e 2 de abril de 2022.

Valores liberados depois serão pagos apenas em 2024. Antes da PEC dos Precatórios, a quitação desses atrasados era feita entre julho de um ano e julho de outro.

Só tem chance de entrar na lista de precatórios quem já ganhou a ação contra o INSS, sem possibilidade de recurso, ou seja, com o processo transitado em julgado. Além disso, o valor deve ser acima de 60 salários mínimos. Ações de valor menor são chamadas de RPVs (Requisições de Pequeno Valor), e pagas em até dois meses após a liberação do juiz

Com a limitação trazida pela PEC dos Precatórios, não tem sido possível quitar todos os valores que estavam inscritos em propostas orçamentárias entre um ano e outro.

NOVE PROCESSOS

Brennand é acusado de estupro, ameaça e coação em novo caso

Thiago Brennand, 43, que está preso no CDP (Centro de Detenção Provisória) 1 Pinheiros, em São Paulo, teve o sexto pedido de prisão preventiva decretado na quinta-feira passada. Agora ele é réu em nove processos que envolvem crimes sexuais e agressões.

Neste novo caso, uma mulher acusa Brennand de estupro. Ela afirma que apenas a primeira relação entre os dois foi consensual, mas que, em seguida, houve coação e ameaça.

Procurada, a defesa de Brennand disse que ainda não havia sido notificada. O caso teria acontecido há cerca de nove anos. Em depoimento ao NAVV (Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência), do Ministério Público de São Paulo, a vítima relatou que Brennand a obrigou a fazer sexo sem preservativo e mediante uso de força física.

Durante o relacionamento, que teria durado menos de um mês, a vítima calcula que tenha sofrido mais de 20 estupros. Ela afirmou que sentia medo e que Brennand a ofendia, a manipulava e a xingava de frígida. Durante os estupros, ela chorava.

Ainda no depoimento, a vítima afirmou que Brennand falava de forma ríspida com o filho, que na época tinha oito anos, era agressivo com pessoas que trabalhavam em sua casa e tinha o costume de portar armas de fogo.

TRANSPORTE

CPTM planeja levar Expresso e linha 11 até a Barra Funda

A CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) planeja expandir duas linhas de trem até a estação Barra Funda, na zona oeste de São Paulo.

Tanto o Expresso Aeroporto, que percorre a linha 13-jade, quanto a linha 11-coral devem ter o serviço estendido até o terminal rodoviário. Hoje, ambas terminam na estação Luz, na região central, e a ideia é que ganhem uma estação a mais, acompanhando o traçado da linha 7-rubi, que já conecta Luz e Barra Funda.

As obras para a expansão já estão em andamento durante as madrugadas nos trilhos da CPTM. A previsão é que o Expresso Aeroporto chegue ao novo endereço no segundo semestre deste ano, e a expansão da 11-coral seja entregue no fim de 2024.

O trem expresso entre a Luz e o aeroporto de Guarulhos hoje sai a cada intervalo de uma hora. São 20 viagens por dia, inclusive nos feriados e fins de semana, entre as 5h e a meia-noite.

Passageiros que saírem da Barra Funda em direção a Guarulhos poderão fazer conexão com cinco linhas na estação Luz (1-azul e 4-amarela do Metrô; 10-turquesa, 11-coral e 12-safira da CPTM), onde o serviço expresso ainda fará uma parada.

A expansão da linha 13-jade até a Barra Funda é um plano da CPTM desde 2021. O projeto executivo e a obra de implantação dos sistemas estão previstas em um contrato de R$ 158 milhões com um consórcio de três empresas (Telar, Gros e Sprail).

No caso da linha 11-coral, que liga o centro da capital a Mogi das Cruzes (SP) e é a linha mais movimentada da CPTM, a extensão até a Barra Funda deve ser viabilizada com a construção de uma subestação de energia.

PRIVATIZAÇÃO

A expansão das linhas ocorre ao mesmo tempo em que gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) contrata estudos que verifiquem a possibilidade de privatização de todas as linhas da CPTM que ainda estão sob a administração pública. A concessão pretendida pelo governo é para o conjunto das linhas 10-turquesa, 11-coral, 12-safira, 13-jade, além da futura linha 14-ônix.

As duas linhas atualmente concedidas à iniciativa privada, 8-diamante e 9-esmeralda, apresentam com frequência uma série de problemas, desde superlotação e atrasos a descarrilamento de trens com passageiros. Os trechos são operados pela empresa ViaMobilidade. O Ministério Público de São Paulo investiga a sequência de falhas nas linhas e diz que os problemas se devem à falta de manutenção preventiva nos trilhos.

Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A. e suas controladas

CNPJ/MF 10.917.143/0001-16

Balanços Patrimoniais (Em R$ Mil)

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		417.372	377.134	901.440	1.028.349
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	117.715	119.003
Contas a receber de clientes	7	20.750	28.236	96.356	169.443
Sociedades ligadas	11 (i)	10.176	9.624	10.554	9.916
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	8	16.016	25.463	592.204	684.596
Estoque de materiais		160	82	3.088	5.322
Adiantamentos a fornecedores		16	-	26.440	10.892
Dividendos a receber	9	308.532	248.482	1.275	1.275
Tributos a recuperar		1.798	3.538	7.431	8.370
Contas a receber de vendas de participações	10	-	500	-	500
Despesas antecipadas e outros ativos	11 (v)	59.924	61.209	46.377	19.032
Não circulante		1.238.462	1.195.337	393.835	492.045
Títulos e valores mobiliários	6	9.157	9.021	9.157	9.021
Contas a receber de clientes	7	83	1.283	46.509	55.622
Sociedades ligadas	11 (ii)	799.654	776.379	113.239	108.468
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	8	54.997	54.997	57.350	102.885
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	208.789	178.333	346	863
Contas a receber de vendas de participações	10	6.797	16.439	6.797	16.439
Contas a receber de venda de prejuízo fiscal	12	144.492	144.492	136.674	140.752
Despesas antecipadas e outros ativos	11 (v)	14.513	14.393	23.763	57.995
Investimentos	14	957.842	907.380	209.559	215.112
Propriedade para investimento	15	-	-	53.440	78.600
Imobilizado	16	32.619	42.635	33.915	46.436
Intangível	17	10.379	8.089	10.379	8.089
		2.239.322	2.153.441	701.128	840.282
Total do ativo		2.656.694	2.530.575	1.602.568	1.868.631

Passivo e passivo descoberto	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		940.664	853.611	1.578.444	1.708.209
Empréstimos e financiamentos	18	66.727	62.528	364.913	599.168
Credores por Debêntures	19	616.278	532.533	616.278	532.533
Fornecedores e subempreiteiros		38.253	36.143	196.805	195.054
Obrigações por compra de imóveis	20	3.252	2.746	43.174	3.607
Arrendamentos Mercantis		383	10.125	383	10.125
Adiantamentos recebidos de clientes		26.652	31.473	74.907	121.076
Sociedades ligadas	11 (iii)	25.121	24.481	23.949	22.790
Dividendos a pagar	9	-	-	1.370	1.370
Tributos, taxas e salários a pagar		5.716	6.739	59.497	35.987
Contas a pagar de aquisição de participações	23	11.071	10.315	11.071	10.315
Outros passivos	11 (v)	147.211	136.728	186.097	176.184
Não circulante		2.273.574	2.156.228	630.761	687.556
Exigível a longo prazo					
Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento	22	1.171	1.171	332.434	332.434
Sociedades ligadas	11 (iv)	954.005	925.839	3.118	-
Obrigações por compra de imóveis	20	-	-	15.364	15.364
Arrendamentos Mercantis		30.075	19.510	30.075	19.510
Adiantamentos recebidos de clientes		1.361	-	1.361	26.799
Tributos diferidos		619	770	21.355	28.386
Provisão para perdas em investimentos	14	1.070.583	990.855	21.402	21.434
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	-	-	-	-
Provisão para contingências	21	13.988	16.701	125.509	126.127
Contas a pagar de aquisição de participações	23	34.334	34.334	34.334	34.334
Outros passivos	11 (v)	167.438	167.048	45.809	83.168
Passivo descoberto	24	-	-	-	-
Capital social		2.188.887	2.188.887	2.188.887	2.188.887
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(171.761)	(171.761)	(171.761)	(171.761)
Prejuízos Acumulados		(2.574.670)	(2.496.590)	(2.574.670)	(2.496.590)
		(557.544)	(479.464)	(557.544)	(479.464)
Participação dos não controladores		-	-	(49.093)	(47.670)
		(557.544)	(479.464)	(606.637)	(527.134)
Total do passivo e passivo descoberto		2.656.694	2.530.575	1.602.568	1.868.631

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em R$ Mil)

	Atribuível aos acionistas da controladora: Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Em 31/12/2019	2.163.087	(171.527)	(2.315.375)	(323.815)	(43.523)	(367.338)
Aumento de capital	25.800	-	-	25.800	-	25.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(234)	-	(234)	-	(234)
Prejuízo do exercício	-	-	(181.215)	(181.215)	(4.147)	(185.362)
Em 31/12/2020	2.188.887	(171.761)	(2.496.590)	(479.464)	(47.670)	(527.134)
Prejuízo do exercício	-	-	(78.080)	(78.080)	(1.423)	(79.503)
Em 31/12/2021	2.188.887	(171.761)	(2.574.670)	(557.544)	(49.093)	(606.637)

Demonstrações dos Resultados (Em R$ Mil)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações continuadas					
Receitas líquidas	26	(2.393)	4.597	501.386	422.709
Custos de incorporação e venda de imóveis	27	(8.917)	(78.931)	(334.643)	(469.591)
Lucro (Prejuízo) bruto		(11.310)	(74.334)	166.743	(46.882)
Despesas comerciais		(178)	(3.860)	(1.514)	(11.581)
Despesas com unidades concluídas		6.588	(1.103)	(24.871)	(14.769)
Despesas com projetos declinados		-	(3.219)	(778)	(8.424)
Remuneração dos administradores	28	-	(2.473)	(2.811)	(2.473)
Despesas gerais e administrativas	28	(38.923)	(94.930)	(98.663)	(148.821)
Provisões	29	2.262	(6.736)	48.637	45.312
Outras receitas/(despesas), líquidas	33	(7.285)	(63)	(32.240)	4.881
Equivalências patrimoniais	14 (i)	202.734	23.422	-	-
Provisão para perdas em investimentos	14 (i)	(152.227)	(96.040)	-	-
Ganho (Perda) na alienação de participação societária	14 (i)	(2.393)	-	(2.393)	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(732)	(259.336)	52.110	(182.757)
Resultado financeiro, líquido	31	(76.056)	(33.924)	(127.979)	(98.895)
Equivalências patrimoniais em coligadas e *joint venture*, líquido	14 (i)	(1.292)	112.045	(1.443)	103.118
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		(78.080)	(181.215)	(77.312)	(178.534)
Imposto de renda e contribuição social	32	-	-	(2.191)	(6.828)
Prejuízo do exercício		(78.080)	(181.215)	(79.503)	(185.362)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		-	-	(78.080)	(181.215)
Participação dos não controladores		-	-	(1.423)	(4.147)
		-	-	(79.503)	(185.362)
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)		-	-	(0,0000)	(0,0000)

Demonstração do Valor Adicionado (Em R$ Mil)

	Consolidado 2021
Receitas	489.013
Receita de vendas e serviços	514.331
Outras receitas	(25.008)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	(310)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(360.236)**
Custos dos produtos e das mercadorias e serviços	(333.427)
Serviços de terceiros	(13.482)
Materiais, Energia e Outros	(3.333)
Auditoria, consultoria e assessoria	(19.478)
Viagens	(413)
Seguros	(604)
Recuperação (perda) de valores ativos	(6.487)
Outras custos e despesas administrativas	17.188
Valor adicionado bruto	**128.777**
Depreciação e amortização	(5.651)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**123.126**
Valor adicionado recebido em transferência	**27.205**
Participação em controladas e coligadas	(1.476)
Reversão (provisão) para perda em investimentos	33
Prejuízo dos ativos mantidos para negociação	-
Receitas financeiras	29.356
Resultado de combinação de negócios	-
Amortização de ágio	(708)
Ganho com valor justo da propriedade para investimento	-
Disponível para venda	-
Outras	-
Valor adicionado total a distribuir	**150.331**
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	**32.156**
Remuneração Direta	29.160
Benefícios	2.996
FGTS	-
Impostos, taxas e contribuições	**23.554**
Federais	15.525
Estaduais	-
Municipais	84
Outras	7.945
Remuneração de capitais de terceiros	**174.124**
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	156.789
Aluguéis	14.867
Outras	2.468
Remuneracao de capitais próprios	**(79.503)**
Juros sobre o capital próprio	-
Dividendos	-
Lucro (prejuízo) do exercício retidos	(78.080)
Lucro com operações descontinuadas	-
Participação dos acionistas não controladores no lucro (prejuízo) do exercício	(1.423)
Valor adicionado distribuído	**150.331**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em R$ Mil)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(78.080)	(181.215)	(77.312)	(178.534)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício				
Depreciação e amortização	4.338	8.299	5.651	9.659
Resultado na baixa de ativo imobilizado	5.678	-	7.947	10
Resultado da equivalência patrimonial	(201.442)	(135.468)	1.443	(103.120)
Provisão para perdas de investimento	152.227	96.040	-	3
Ganho (perda) na alienação de participação societária	2.393	-	2.393	-
Ajuste de receita e custo pela evolução da obra	(1.226)	-	(179.134)	(17.166)
Ajuste a valor presente	-	-	24.095	6.643
Juros e variações monetárias, líquidas	74.758	62.189	145.605	120.036
Outras receitas (despesas)	7.423	78.870	(16.902)	50.415
Ágio	709	70	708	70
	(33.222)	(71.215)	(85.506)	(111.984)
Efeito das incorporações e movimentações societárias	-	2	6.264	89
Variação nos ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	(136)	994	(136)	4.359
Contas a receber de clientes	6.167	5.611	255.978	240.143
Imóveis a comercializar, terrenos a incorporar e outros estoques	(78)	10.192	(165.678)	388.583
Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros	(185)	11	(16.805)	(4.060)
Outros ativos	9.384	10.523	(30.408)	28.183
Fornecedores e subempreiteiros	4.139	2.236	18.691	31.914
Salários, encargos e contribuições sociais	(219)	(2.194)	(1.515)	(845)
Impostos, taxas e contribuições	3.241	359	22.504	(13.533)
Adiantamentos recebidos de clientes	(3.460)	2.316	(71.616)	(441.601)
Propriedade para investimento	1.500	-	1.500	89
Contas a receber de vendas de participações	-	500	-	500
Obrigações por compra de imóveis	505	383	39.567	12.494
Outros passivos	9.701	(25.585)	25.745	(124.542)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	(2.663)	(65.867)	(1.415)	9.789
Juros pagos			(1.929)	(3.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.663)	(65.867)	(3.344)	6.416
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Adições/Reduções de investimentos	-	17.539	-	17.539
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(2)	(13)	(127)
Adições/Baixas ao intangível	(2.289)	-	(2.289)	-
Dividendos recebidos	16.578	1.606	16.578	1.606
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	14.289	19.143	14.276	19.018
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-
Ingressos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	738	24.298	12.474
Amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(23.128)	(56.412)
Sociedades ligadas	19.748	113.352	3.178	(1.317)
Dividendos pagos	-	-	(16.578)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(31.374)	(68.870)	2	(288)
Aumento de capital social	-	-	8	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(11.626)	45.220	(12.220)	(45.543)
Caixa e equivalentes de caixa de Companhias incorporadas na consolidação, líquido	-	-	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	(1.504)	(1.288)	(20.109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1.504	119.003	139.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	117.715	119.003

"Para fins do disposto no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), as demonstrações financeiras completas, auditadas pela BDO RCS – Auditores Independentes SS, encontram-se à disposição na sede social da Companhia."

Eduardo José Pedreira Franco dos Passos Sobrinhos – Diretor Presidente
Luiz Henrique Gonçalves De Carvalho Filho – Diretor

Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A. e suas controladas

CNPJ/MF 10.917.143/0001-16

Balanços Patrimoniais (Em R$ Mil)

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		377.134	367.173	1.028.349	1.193.771
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1.504	119.003	139.112
Contas a receber de clientes	7	28.236	9.123	169.443	174.010
Sociedades ligadas	11 (i)	9.624	11.476	9.916	8.078
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	8	25.463	29.747	684.596	773.078
Estoque de materiais		82	110	5.322	2.941
Adiantamentos a fornecedores		-	11	10.892	15.383
Dividendos a receber	9	248.482	235.751	1.275	2.637
Tributos a recuperar		3.538	11.597	8.370	16.003
Contas a receber de vendas de participações	10	500	13.500	500	13.500
Despesas antecipadas e outros ativos	11 (v)	61.209	54.354	19.032	49.029
Não circulante		1.195.337	1.239.393	492.045	1.128.244
Títulos e valores mobiliários	6	9.021	10.015	9.021	13.380
Contas a receber de clientes	7	1.283	26.008	55.622	111.049
Sociedades ligadas	11 (ii)	776.379	846.673	108.468	105.547
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	8	54.997	65.633	102.885	708.702
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	178.333	109.874	863	585
Ativo fiscal diferido		-	-	-	944
Contas a receber de vendas de participações	10	16.439	16.439	16.439	16.439
Contas a receber de venda de prejuízo fiscal	12	144.492	149.007	140.752	142.181
Despesas antecipadas e outros ativos	11 (v)	14.393	15.744	57.995	29.417
Investimentos	14	907.380	867.233	215.112	129.642
Propriedade para investimento	15	-	-	78.600	74.823
Imobilizado	16	42.635	56.412	46.436	60.393
Intangível	17	8.089	8.377	8.089	8.377
		2.153.441	2.171.415	840.282	1.401.479
Total do ativo		2.530.575	2.538.588	1.868.631	2.595.250

Passivo e passivo descoberto	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		853.611	867.541	1.708.209	1.893.448
Empréstimos e financiamentos	18	62.528	205.031	599.168	774.635
Credores por Debêntures	19	532.533	460.140	532.533	460.140
Fornecedores e subempreiteiros		36.143	33.723	195.054	181.023
Obrigações por compra de imóveis	20	2.746	261	3.607	2.645
Arrendamentos Mercantis		10.125	8.088	10.125	8.088
Adiantamentos recebidos de clientes		31.473	29.158	121.076	158.314
Sociedades ligadas	11 (iii)	24.481	23.017	22.790	22.435
Dividendos a pagar	9	-	-	1.370	2.663
Tributos, taxas e salários a pagar		6.739	16.642	35.987	44.103
Contas a pagar de aquisição de participações	23	10.315	10.315	10.315	10.315
Outros passivos	11 (v)	136.728	81.166	176.184	229.087
Não circulante		2.156.228	1.994.862	687.556	1.069.140
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	8.234
Credores por Debêntures	19	-	23.475	-	23.475
Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento	22	1.171	1.171	332.434	332.434
Sociedades ligadas	11 (iv)	925.839	880.137	-	-
Obrigações por compra de imóveis	20	-	-	15.364	3.824
Arrendamentos Mercantis		19.510	27.315	19.510	27.315
Adiantamentos recebidos de clientes		-	-	26.799	402.679
Tributos diferidos		770	720	28.386	25.305
Provisão para perdas em investimentos	14	990.855	927.539	21.434	21.239
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	-	25.800	-	25.807
Provisão para contingências	21	16.701	11.607	126.127	119.029
Contas a pagar de aquisição de participações	23	34.334	34.334	34.334	34.334
Outros passivos	11 (v)	167.048	62.764	83.168	45.465
Passivo descoberto	24				
Capital social		2.188.887	2.163.087	2.188.887	2.163.087
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(171.761)	(171.527)	(171.761)	(171.527)
Prejuízos Acumulados		(2.496.590)	(2.315.375)	(2.496.590)	(2.315.375)
		(479.464)	(323.815)	(479.464)	(323.815)
Participação dos não controladores		-	-	(47.670)	(43.523)
		(479.464)	(323.815)	(527.134)	(367.338)
Total do passivo e passivo descoberto		2.530.575	2.538.588	1.868.631	2.595.250

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em R$ Mil)

	Atribuível aos acionistas da controladora: Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Em 31/12/2018	2.163.087	(171.761)	(1.884.824)	106.502	(75.893)	30.609
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	234	-	234	-	234
Prejuízo do exercício	-	-	(430.551)	(430.551)	(15.622)	(446.173)
Efeito de não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	47.992	47.992
Em 31/12/2019	2.163.087	(171.527)	(2.315.375)	(323.815)	(43.523)	(367.338)
Aumento de capital	25.800	-	-	25.800	-	25.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(234)	-	(234)	-	(234)
Prejuízo do exercício	-	-	(181.215)	(181.215)	(4.147)	(185.362)
Em 31/12/2020	2.188.887	(171.761)	(2.496.590)	(479.464)	(47.670)	(527.134)

Demonstrações dos Resultados (Em R$ Mil)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Operações continuadas					
Receitas líquidas	26	4.597	8.180	422.709	839.497
Custos de incorporação e venda de imóveis	27	(78.931)	(1.789)	(469.591)	(694.827)
Lucro (Prejuízo) bruto		(74.334)	6.391	(46.882)	144.670
Despesas comerciais		(3.860)	(280)	(11.581)	(3.424)
Despesas com unidades concluídas		(1.103)	(1.518)	(14.769)	(10.913)
Despesas com projetos declinados		(3.219)	(34.303)	(8.424)	(44.682)
Remuneração dos administradores	28	(2.473)	(4.120)	(2.473)	(4.120)
Despesas gerais e administrativas	28	(94.930)	(102.167)	(148.821)	(151.516)
Provisões	29	(6.736)	1.307	45.312	(43.207)
Outras receitas/(despesas), líquidas	33	(63)	(3.529)	4.881	(17.686)
Equivalências patrimoniais	14 (i)	23.422	26.590	-	-
Provisão para perdas em investimentos	14 (i)	(96.040)	(160.572)	-	-
Ganho (Perda) na alienação de participação societária	14 (i)	-	(102.531)	-	(102.531)
Prejuízo operacional		(259.336)	(374.712)	(182.757)	(233.409)
Resultado financeiro, líquido	31	(33.924)	(35.055)	(98.895)	(168.952)
Equivalências patrimoniais em coligadas e *joint venture*, líquido	14 (i)	112.045	(19.430)	103.118	(25.869)
Prejuízo antes do IR e da CS		(181.215)	(429.197)	(178.534)	(428.230)
Imposto de renda e contribuição social	32	-	(1.354)	(6.828)	(17.943)
Prejuízo do exercício		(181.215)	(430.551)	(185.362)	(446.173)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		-	-	(181.215)	(430.551)
Participação dos não controladores		-	-	(4.147)	(15.622)
		-	-	(185.362)	(446.173)
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)		-	-	(0,0000)	(0,0000)

Demonstração do Valor Adicionado (Em R$ Mil)

	Consolidado 2020
Receitas	443.045
Receita de vendas e serviços	438.076
Outras receitas	4.969
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	-
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(530.370)**
Custos dos produtos e das mercadorias e serviços	(468.379)
Serviços de terceiros	(22.833)
Materiais, Energia e Outros	(7.642)
Auditoria, consultoria e assessoria	(35.862)
Viagens	(342)
Seguros	(828)
Recuperação (perda) de valores ativos	(10)
Outros custos e despesas administrativas	5.526
Valor adicionado bruto	**(87.325)**
Depreciação e amortização	(9.658)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(96.983)**
Valor adicionado recebido em transferência	**213.192**
Participação em controladas e coligadas	103.313
Reversão (provisão) para perda em investimentos	(195)
Prejuízo dos ativos mantidos para negociação	-
Receitas financeiras	110.378
Resultado de combinação de negócios	-
Amortização de ágio	(304)
Ganho com valor justo da propriedade para investimento	-
Disponível para venda	-
Outras	-
Valor adicionado total a distribuir	**116.209**
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	**46.078**
Remuneração Direta	43.347
Benefícios	2.731
FGTS	-
Impostos, taxas e contribuições	**45.361**
Federais	23.946
Estaduais	-
Municipais	85
Outras	21.330
Remuneração de capitais de terceiros	**210.132**
Despesas financeiras (inclui variação cambial)	207.438
Remuneração de capital próprio	2.650
Outros	44
Remuneracao de capitais próprios	**(185.362)**
Juros sobre o capital próprio	-
Dividendos	-
Lucro (prejuízo) do exercício retidos	(181.215)
Lucro com operações descontinuadas	-
Participação dos acionistas não controladores no lucro (prejuízo) do exercício	(4.147)
Valor adicionado distribuído	**116.209**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em R$ Mil)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(181.215)	(429.197)	(178.534)	(428.230)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício				
Depreciação e amortização	8.299	3.767	9.659	5.237
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	10	30.957
Resultado da equivalência patrimonial	(135.468)	153.412	(103.120)	25.501
Provisão para perdas de investimento	96.040	-	3	1
Ganho (perda) na alienação de participação societária	-	103.333	-	103.333
Ajuste de receita e custo pela evolução da obra	-	-	(17.166)	(138.696)
Ajuste a valor presente	-	-	6.643	8.328
Juros e variações monetárias, líquidas	62.189	35.124	120.036	156.301
Outras receitas (despesas)	78.870	38.969	50.415	59.337
Ágio	70	(30)	70	(30)
	(71.215)	(94.622)	(111.984)	(177.961)
Efeito das incorporações e movimentações societárias	2	64	89	-
Variação nos ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	994	-	4.359	(2.540)
Contas a receber de clientes	5.611	20.950	240.143	481.917
Imóveis a comercializar, terrenos a incorporar e outros estoques	10.192	(5.310)	388.583	(168.817)
Adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros	11	(11)	(4.060)	(11.595)
Outros ativos	10.523	(25.759)	28.183	(50.234)
Fornecedores e subempreiteiros	2.236	20.720	31.914	24.626
Salários, encargos e contribuições sociais	(2.194)	10.625	(845)	15.452
Impostos, taxas e contribuições	359	(3.091)	(13.533)	(23.310)
Adiantamentos recebidos de clientes	2.316	1.911	(441.601)	(169.821)
Propriedade para investimento	-	-	89	-
Contas a receber de vendas de participações	500	5.052	500	5.052
Obrigações por compra de imóveis	383	(1.811)	12.494	(3.741)
Contas a Pagar de compra de participações	-	(1.281)	-	(1.281)
Outros passivos	(25.585)	41.429	(124.542)	170.778
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	(65.867)	(31.134)	9.789	88.525
Juros pagos	-	(1.402)	(3.373)	(8.126)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(65.867)	(32.536)	6.416	80.399
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições/Reduções de investimentos	17.539	-	17.539	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2)	(1.456)	(127)	(809)
Adições ao intangível	-	1.454	-	1.454
Dividendos recebidos	1.606	-	1.606	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	19.143	(2)	19.018	645
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos, financiamentos e debêntures	738	1.744	12.474	8.751
Amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(5.306)	(56.412)	(87.178)
Sociedades ligadas	113.352	69.608	(1.317)	10.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	(68.870)	(33.164)	(288)	(659)
Redução de capital social	-	-	-	(6.478)
Aumento de capital social	-	-	-	11.332
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	45.220	32.882	(45.543)	(63.312)
Caixa e equivalentes de caixa de Companhias incorporadas na consolidação, líquido	-	-	-	311
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.504)	344	(20.109)	17.732
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.504	1.160	139.112	121.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	1.504	119.003	139.112

"Para fins do dispos

BESTA DE SAPATÊNIS

Zema exalta Sul e Sudeste com declaração xenofóbica

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou nesta sexta-feira que os estados do Sul e do Sudeste são diferentes porque neles há proporção maior de pessoas trabalhando do que vivendo de auxílio emergencial.

A declaração ocorreu na abertura do encontro do Cosud (Consórcio de Integração Sul e Sudeste), em Belo Horizonte, na presença de outros 5 dos 7 governadores das duas regiões, que pretendem formalizar a criação do grupo --o que passa pela aprovação das Assembleias Legislativas.

A abertura aconteceu na Sala Minas Gerais, a casa oficial das apresentações da Orquestra Filarmônica do estado. Apenas o chefe do Poder Executivo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não participou da abertura.

"Se tem estados que podem contribuir para este país dar certo, acredito que são estes sete estados aqui. São estados onde, diferente da grande maioria, há uma proporção muito maior de pessoas trabalhando do que vivendo de auxílio emergencial", afirmou.

"Então, com certeza, boa parte da solução para o Brasil passa por estes sete estados", emendou Zema, que vem tentando se viabilizar como pré-candidato à Presidência da República em 2026.

No início da tarde, em conversa com repórteres no Palácio da Liberdade, a antiga sede do governo do estado, os governadores tentaram deixar claro que o consórcio pretende trabalhar em conjunto com outros estados.

"Nossa busca é para que tenhamos uma ação conjunta nos estados do Sul e do Sudeste" disse o governador de Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

"Naturalmente, queremos a formalização do consórcio para que possa trabalhar em parceria com os demais consórcios do Brasil, do Nordeste, da Amazônia, para ajudar o Brasil a encontrar as suas oportunidades", acrescentou.

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), do principal partido de oposição ao governo federal, disse que a criação do consórcio não tem nada de arrogância. "São estados que não são melhores do que ninguém no país, mas carregamos, produzimos e transportamos a grande riqueza do Brasil".

"É importante dizer que o consórcio de estados será afirmativo na defesa dos interesses das regiões Sul e Sudeste, mas absolutamente solidário com todas as outras regiões, e colaborativo com o interesse comum da nação", pontuou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), disse que a atuação do consórcio ocorrerá respeitando todos os outros estados e será feita de forma não arrogante. "É uma ideia colaborativa, e não de supremacia."

Apesar de os partidos de 5 dos 7 governadores não serem alinhados ao governo federal (PL, Novo e PSDB), os chefes dos Poderes Executivos reunidos em Belo Horizonte negaram que farão oposição ao governo Lula. Para Zema, no entanto, propostas podem não agradar a todos.

Esta é a oitava edição do Cosud. A anterior ocorreu em março no Rio de Janeiro. Segundo os governadores, uma das principais pautas a serem defendidas é a reforma tributária.

CÂMARA

Lira marca sessões virtuais após prometer paralisar projetos

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), liberou os parlamentares do trabalho presencial na semana que vem. O registro de presença poderá ser feito online, segundo ele comunicou aos líderes partidários na tarde desta sexta-feira.

O Ato da Mesa Diretora encaminhado para as bancadas prevê trabalho remoto nas sessões desta segunda-feira a quarta-feira. A justificativa foi "otimizar os trabalhos da Casa".

A semana que vem será mais curta, por causa do feriado de Corpus Christi, e já não teria a votação de matérias fundamentais, de qualquer forma.

A medida, no entanto, é parte do recado dado por Lira ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de que vai paralisar a Casa até que o Executivo organize melhor sua base aliada. A medida foi anunciada por ele após as dificuldades enfrentadas para a aprovação da medida provisória que muda a estrutura de ministérios, ocorrida apenas na última hora.

Membros do Executivo avaliam que Lira começou um processo de distanciamento do governo, embora ainda esteja longe de um rompimento.

UNIVERSIDADE

Ministro reitera compromisso do governo com educação pública

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O ministro da Educação, Camilo Santana, que participou da inauguração do novo prédio da Universidade Federal do ABC (UFABC, que vai abrigar o Bloco Zeta de laboratórios, lembrou, nesta sexta-feira, que uma das primeiras medidas de Lula, ao assumir a Presidência da República, foi convidar todos os reitores das universidades e institutos federais para mostrar que o governo atual tem compromisso com a educação superior e com a educação pública do país.

"Ele (Lula) determinou a recomposição de várias políticas públicas importantes para a educação pública brasileira, fez o reajuste das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, que há quase dez anos não tinham aumento", disse Santana. Segundo o ministro, os reitores estão sendo informados de que serão retomadas e terminadas todas as obras que foram paralisadas. "Esta é uma sinalização de que o compromisso do Brasil com a educação pública gratuita de qualidade voltou", afirmou o ministro.

Santana ressaltou que o governo planeja investir mais não apenas na educação básica, mas em toda a educação e no ensino superior. Ele destacou o compromisso com o ensino superior e lembrou que, com investimento em educação, será possível transformar o Brasil em "um país livre e justo, que gera oportunidade para os jovens e crianças".

O Bloco Zeta da UFABC é um prédio criado no *campus* de São Bernardo do Campo, que abrigará 22 laboratórios de pesquisa científica e inovação tecnológica nas mais diversas áreas como genética, desenvolvimento energético e equipamentos médicos. Há inclusive um laboratório destinado ao desenvolvimento de tratamentos inovadores para doenças cardíacas complexas.

O complexo tem 5,8 mil metros quadrados e inclui ainda 12 laboratórios de iniciação científica e salas de aula voltadas para a pós-graduação. A construção do novo bloco contou com financiamento federal, por meio do orçamento da UFABC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Finep), recursos de emendas parlamentares e individuais de deputados federais. O valor total de investimento foi de R$ 28,5 milhões.

INVESTIMENTO E GASTOS

"A ciência voltou. Mais de 90% da produção científica brasileira se dá nas universidades. Por isso, não consideramos as universidades espaço de balbúrdia, muito pelo contrário, consideramos espaço de excelência. E isso não é retórica, porque o presidente Lula resgatou o Fundo Nacional dos Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, que agora vai financiar os laboratórios que vimos aqui", afirmou a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na ocasião, que os valores repassados a áreas como educação e saúde não configuram gasto, mas investimento. Lula enfatizou que não existe, em todo o mundo, um país que cresceu e se desenvolveu sem antes investir na educação.

Padilha diz que governo quer melhorar articulação com Congresso

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nesta sexta-feira, em São Bernardo do Campo (SP), que o governo vai trabalhar para melhorar a articulação com o Congresso Nacional.

"Vamos sempre trabalhar para melhorar (a articulação). O que não muda é a disposição do diálogo", garantiu. "Esse é um governo que não cria conflito e que não cria guerras desnecessárias, como era feito pelo governo anterior (de Jair Bolsonaro)", acrescentou.

Segundo o ministro, a meta é trabalhar para "continuar montando o governo e a base política". Isso será feito, segundo ele, com diálogo, "inclusive com partidos que se declaram de oposição, mas que têm contribuído muito para as votações do governo".

"O governo sempre ouve as críticas e as demandas que possam aparecer, sempre com muita humildade. Esse é um governo que ouve, busca trabalhar e aprimorar o que tiver que ser aprimorado", explicou. "E é com essa postura que vamos buscar trabalhar e continuar aprovando projetos que são prioritários ao governo", acrescentou ele.

Nesta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criticou a falta de articulação e disse que havia uma "insatisfação generalizada" dos deputados federais com o governo. "Não há achaque, não há pedidos, não há novas ações, o que há é uma insatisfação generalizada dos deputados e, talvez, dos senadores com a falta de articulação do governo, e não de um ou outro ministro", disse Lira.

DISPOSIÇÃO

Em resposta a essa fala de Lira, o ministro reforçou que o governo está sempre disposto a dialogar. "Sempre digo que aqui não tem marinheiro de primeira viagem. Mar tranquilo não faz bom marinheiro. Nós sempre ouvimos todos os posicionamentos dos presidentes das duas Casas (Câmara e Senado) e dos parlamentares com muita humildade, e o governo precisa sempre dialogar, ouvir os líderes da base e da oposição", disse Padilha, ao participar de um evento no Sindicato dos Metalúrgicos.

Apesar das críticas que o governo vem recebendo, o ministro disse que a semana se encerrou bem. Para ele, foram positivos os resultados que o país obteve sobre emprego, sobre crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano e sobre a Medida Provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios, que foi aprovada pelo Congresso. "Foi uma semana positiva para o Brasil", disse Padilha.

Notas

LULA FARÁ EVENTO PARA PRESTIGIAR MEIO AMBIENTE E MARINA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fará um grande evento na próxima segunda-feira no Palácio do Planalto, em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. A ideia é reforçar o compromisso com a área e prestigiar a ministra Marina Silva, cuja pasta sofre uma ofensiva em várias frentes. Deverão ser convidados ministros e lideranças congressuais No evento, Lula deve anunciar o veto ao projeto aprovado pelo Congresso que flexibiliza a proteção da Mata Atlântica. Há também uma expectativa de que reforce o compromisso com a Autoridade Climática, órgão que seria criado para monitorar o cumprimento dos compromissos do Brasil de redução de emissão de gases previsto no Acordo de Paris.

DELTAN DALLAGNOL RECORRE AO STF PARA SUSPENDER CASSAÇÃO DO MANDATO

O deputado federal Deltan Dallagnol (Pode-PR) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a decisão que cassou seu mandato. A petição foi protocolada na noite de quinta-feira passada. No mês passado, por unanimidade, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entendeu que o parlamentar tentou burlar a Lei da Ficha Limpa ao pedir exoneração do cargo de procurador da República durante a tramitação de processos disciplinares abertos para apurar sua conduta na condução dos processos da Operação Lava Jato. No recurso ao STF, a defesa do deputado pede que a decisão do TSE seja suspensa até o julgamento definitivo do processo que cassou o parlamentar.

CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF: 07.003.107/0001-32 - NIRE: 33.3.0027854-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/23: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/04/23, às 16:00 horas, na sede da Cymi Construções e Participações S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1701 (parte); 1703 (parte) e 1704(parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. Presente, ainda, o representante da KPMG Auditores Independentes, Sr. Marcelo Luiz Ferreira. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko, que convidou o Sr. Germán Sánchez González para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA: 1)** Leitura e aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração referentes ao exercício social findo em 31/12/22; **2**) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3**) Instalação do Conselho Fiscal e **4)** Autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos para o registro e a publicação da presente nos órgãos próprios. **PUBLICAÇÕES:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/22 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário do Acionista em 28/04/23. **DELIBERAÇÕES:** Diante da presença da totalidade dos acionistas, que consideraram sanadas a inobservância dos prazos e a falta de publicação dos anúncios referidos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, conforme autorizado pelo art. 133, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos Acionistas, sem restrições: **(1)** Aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/22, conforme publicação no Jornal Diário Do Acionista em 28/04/23, às fls. 1, 2 e 3; **(2)** Em virtude de a Companhia ter apresentado lucro no exercício de 2022 no montante de R$ 617.286.865, deliberar o seguinte a respeito do referido resultado: (a) a destinação de R$ 617.286.865 para a reserva de lucros. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. **(2)** Não instalação do Conselho Fiscal; e **(3)** Autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS:** CYMI BRASIL S.L.U., representada na forma de seus atos constitutivos, por seu procurador Sr. Germán Sánchez González; CYMI DO BRASIL PROJETOS E SERVIÇOS LTDA., representada, na forma de seu Contrato Social, por seus Diretores. Certificamos que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais da CYMI Construções e Participações S.A. RJ, 28/04/23. Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente;Germán Sánchez González - Secretário; Cymi Brasil S.L.U. - Germán Sánchez González; Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda. - Carlos Eduardo Assumpção Olesko / Germán Sánchez González. Jucerja nº 5492387 em 24/05/2023.

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ N.º 44.323.802/0001-08 - NIRE 33300341064

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/04/2023, às 14:30 horas, na sede da Verde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Murilo Magalhães Nogueira, e o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Sr. Ricardo Gomes Leite. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko; e Secretário: Germán Sánchez González. **PUBLICAÇÕES:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário do Acionista, em 28/04/2023, às fls. 11, 12 e 13 ("Publicações"). **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** contas da administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, **(i.b)** destinação do lucro líquido do exercício; **(i.c)** destinação do resultado referente a exercícios anteriores; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre remuneração global dos administradores. **DELIBERAÇÕES**: Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do dia e, considerada a abstenção da acionista Novo Investimento II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, foram aprovadas as seguintes matérias: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, conforme Publicações; **(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022, no montante de R$ 535.410,01 (quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dez reais e um centavo), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 26.770,50 (vinte e seis mil, setecentos e setenta reais e cinquenta centavos) serão destinados à Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404; **(i.b.ii)** R$ 127.159,88 (cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos) serão destinados aos dividendos mínimos obrigatórios; e **(i.b.iii)** R$ 381.479,63 (trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos) serão destinados à Reserva de Lucros a Realizar. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas renunciam aos dividendos mínimos obrigatórios indicados no item "i.b.ii" acima, por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. **(ii)** em AGE a proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia referente ao exercício de 2023, corresponderá a R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata na forma de sumário, que lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **Assinaturas**: Carlos Eduardo Assumpção Olesko, **Presidente**; Germán Sánchez González, **Secretário**; Cymi Construções e Participações S.A., e Novo Investimento II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente**; Germán Sánchez González - **Secretário.** Jucerja nº 5494917 em 25/05/2023.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21)
3923-5158
96865-1628

OUTONO: Tempo ensolarado com nevoeiro. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 29º 14º 5% 06:25 17:14

JUSTIÇA

Obra de instalação de tirolesa no Pão de Açúcar é suspensa

A Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou na quinta-feira passada a suspensão das obras de instalação de uma tirolesa no Pão de Açúcar, na zona sul da cidade. O plano da empresa que administra o local era fixar cabos de aço ligando os morros da Urca e do Pão de Açúcar, distantes 755 metros entre si, e a 396 metros do nível do mar.

Em nota, o Parque Bondinho Pão de Açúcar, empresa que administra o local, afirma não ter tido acesso à decisão e que "seguiu todos os requisitos técnicos solicitados".

Consequência de uma ação civil pública ajuizada pela Procuradoria da República no Rio, a decisão liminar (temporária), assinada pelo juiz Paulo André Espirito Santo Bonfadini, da 20ª Vara Federal, suspende os efeitos dos atos administrativos do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que autorizou inicialmente a execução da obra. A decisão prevê pena de multa diária caso as obras continuem.

O juiz federal afirma no processo que a "busca pelo incremento turístico" não pode colocar em risco "um patrimônio mundial e símbolo de um turismo que representa a imagem do Brasil no exterior".

Segundo a Procuradoria da República, entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, a empresa mutilou a rocha do morro com o objetivo de instalar a tirolesa antes de apresentar o projeto executivo contendo a planta que previa as perfurações.

A própria empresa afirmou aos procuradores que já havia cortado 78,13 m³ do morro da Urca e 49,70 m³ do morro do Pão de Açúcar. Ao todo, foram 127,83 m³ de perfuração.

Em janeiro, uma servidora técnica do Iphan constatou a perfuração. No entanto, um mês depois, a mesma servidora recomendou o deferimento do projeto. Em abril, vistoria do Ministério Público Federal, junto com o superintendente do Iphan, observou nova mutilação da rocha no morro e ajuizou uma ação impedindo a continuidade do projeto.

Em nota, a empresa diz não ter sido citada e que, "tão logo tenha acesso, irá analisar o teor da ação e/ou decisão, e se manifestará de modo a reiterar a absoluta legalidade das obras da tirolesa". Afirmou também que "seguiu todos os requisitos técnicos solicitados pelos órgãos".

A ideia da empresa é construir quatro condutores de aço ao lado dos cabos que sustentam o bondinho. O passeio pelo cabo duraria 50 segundos, e o equipamento chegaria a uma velocidade de 100 km/h.

Os morros da Urca e do Pão de Açúcar são bens de propriedade da União, tombados pelo Iphan e reconhecidos como patrimônio mundial pela Unesco. A decisão de embargo de obras argumenta que, por ser patrimônio, sua modificação estrutural pode afetar a caracterização do monumento como é reconhecido atualmente. O reconhecimento foi concedido em 2012, no centenário da inauguração do bondinho.

Montanhistas e frequentadores do Pão de Açúcar criaram em fevereiro um abaixo-assinado contra a instalação da tirolesa. A lista virtual possui pouco mais de 23 mil assinaturas.

GUERRA

Amorim: segurança russa deve ser levada em conta para paz

O governo Lula voltou a afirmar que uma solução de paz para a Guerra da Ucrânia precisa levar em conta preocupações da Rússia, em especial no que diz respeito à segurança nacional, postura que destoa do discurso empregado por aliados do Norte Global no conflito.

A declaração desta vez foi proferida pelo ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial da Presidência e principal conselheiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para política externa, em entrevista ao jornal Financial Times publicada nesta sexta-feira (2).

"Não queremos uma terceira guerra mundial, tampouco uma nova Guerra Fria", afirmou. "As preocupações de todos os países da região devem ser levadas em conta se o objetivo é a paz. A outra alternativa seria a vitória militar total contra a Rússia. Sabemos o que vem depois disso? Eu não."

Amorim, que foi o enviado de Lula para conversar com Vladimir Putin em Moscou e com Volodimir Zelenski em Kiev, disse que a culpa do conflito não é da Ucrânia. "Kiev é vítima dos resquícios da Guerra Fria", afirmou. "Não podemos julgar essa situação pelo último um ano e meio. É uma situação de décadas."

Ainda na conversa com o jornal nipo-britânico, ele listou a segurança nacional como uma das principais preocupações de Moscou -antes de invadir o país vizinho, o Kremlin argumentou estar protegendo suas fronteiras do alargamento da Otan, a aliança militar ocidental.

As declarações do assessor da Presidência vão ao encontro de falas anteriores de Lula que chegou a dizer que Zelenski "não pode também ter tudo o que ele pensa que vai querer", dando a entender que uma negociação de paz poderia deixar de lado a desocupação de porções do território ucraniano hoje tomadas pela Rússia.

Em recente entrevista à Folha na capital Kiev, quando questionado sobre o fato de a proposta de paz do Brasil não abarcar pré-condições (como a desocupação desses terrenos), Zelenski desconversou, mas frisou que quer conversar com Lula e ouvir o que o petista propõe.

As falas de Amorim se dão em paralelo a um encontro de chanceleres do Brics, grupo que Brasil e Rússia integram, na África do Sul. O chanceler brasileiro, Mauro Vieira, está presente, e espera-se que tenha uma reunião bilateral com seu homólogo russo, o decano Serguei Lavrov, que em abril visitou Brasília.

Segundo trechos do discurso de Lavrov divulgados pela agência estatal Tass, o russo teria repetido que o Brics (composto também por Índia, China e pela anfitriã África do Sul) deve buscar resposta conjunta ao que chamou de ações do Ocidente como "tentativas de minar a segurança coletiva e terrorismo internacional".

Na declaração final do encontro divulgada nesta sexta-feira, um documento de 30 pontos, os países-membros reiteram pontos já conhecidos, como a condenação de sanções e embargos econômicos e a demanda pela reforma de conselhos de tomada de decisão na ONU.

Sobre a Guerra da Ucrânia, tema que sobrevoa um dos parágrafos, os membros do Brics dizem apreciar propostas relevantes pela paz que têm sido colocadas na mesa -além do Brasil, a China apresentou um plano, ainda que tenha sido ignorado pelo Ocidente- e pedem a plena implementação do acordo de grãos no Mar Negro, que permite o escoamento dos produtos ucranianos para outros continentes.

ATAQUE A OPOSITORES

Presidente da Polônia recua de lei contra influência russa

O presidente da Polônia, Andrzej Duda, anunciou nesta sexta-feira mudanças em uma controversa lei que prevê o combate à influência russa no país e que, segundo críticos, abre caminho para perseguir opositores políticos a poucos meses da eleições legislativas, marcadas para outubro.

O projeto foi sancionado pelo presidente na segunda-feira passada e determina o estabelecimento de uma comissão para investigar a influência russa de 2007 e 2022 em políticos, jornalistas e outros cidadãos poloneses que possam ter favorecido Moscou. O texto previa que o órgão fosse formado por nove integrantes escolhidos pela Câmara, hoje dominada pelo partido governista Lei e Justiça (PiS).

A lei recebeu críticas de advogados e de políticos da oposição, além de instituições e de governos estrangeiros, entre os quais o Departamento de Estado dos EUA e a Comissão Europeia. Especialistas disseram que o projeto pode enfraquecer a democracia na Polônia ao proibir indivíduos de ocupar cargos públicos sem a devida revisão judicial.

Em repúdio à lei, manifestantes marcaram um protesto contra o governo para este domingo, em Varsóvia. Diante da mobilização, Andrzej Duda anunciou em discurso televisionado uma série de emendas que modificam o projeto e retiram os pontos mais críticos.

"Atento às alegações [de opositores], preparei uma série de dispositivos que regulam ou alteram as questões mais polêmicas", disse Duda. "Isso eliminará muitas das controvérsias que surgiram".

Segundo o presidente, as mudanças vão proibir parlamentares de se tornarem membros da comissão, permitir apelações dos acusados na Justiça comum, não apenas em um tribunal administrativo, e eliminar os artigos que preveem que os condenados sejam banidos de ocupar cargos públicos por 10 anos.

Duda disse que as emendas devem ser enviadas ao Parlamento ainda nesta sexta. Os líderes do PiS indicaram que as mudanças serão aceitas pelo partido. "O objetivo da lei é mostrar a verdade sobre a influência de agentes russos na Polônia, o que será preservado mesmo com as mudanças", disse o deputado governista Rafal Bochenek à agência estatal de notícias PAP.

Enquanto políticos da base governista minimizaram as emendas propostas pelo presidente, parlamentares da oposição aproveitaram o recuo para criticá-lo. "A emendas propostas devido à pressão social não muda nada. Toda a lei instituída por este governo deveria ir para o lixo", disse Wladyslaw Kosiniak-Kamysz, líder do opositor Partido dos Camponeses Poloneses (PSL).

Antes das emendas propostas por Duda, a iniciativa chegou a ser apelidada de Lei Tusk, em referência ao ex-premiê Donald Tusk (2007-2014), líder do partido conservador liberal Plataforma Cívica e apontado pelos opositores como o alvo real da legislação.

COMÉRCIO

Castro torna obrigatório o uso de cardápio físico

Estabelecimentos gastronômicos instalados no Estado do Rio terão que disponibilizar a versão física de seus cardápios aos clientes. É o que determina a Lei 10.032/23, sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada na quinta-feira passada em edição extraordinária do Diário Oficial. A norma proíbe a oferta do cardápio exclusivamente digital por "QR Code", prática que tem sido adotada por diversos espaços. A regra vale não só para bares e restaurantes, mas também para outros locais que comercializam bebidas, refeições e lanches, como hotéis.

Os comércios não poderão repassar custos da impressão do cardápio ao consumidor. Além disso, no menu impresso deverá obrigatoriamente constar o nome do prato e o seu respectivo preço.

"O cardápio digital é uma ótima opção, foi muito importante durante a pandemia, mas não pode ser a única alternativa para os consumidores. O menu digital por vezes causa transtornos para cidadãos que não estão com o celular no momento da refeição, ou que estão sem acesso à internet. Precisamos ser inclusivos, fazendo com que todos se sintam confortáveis ao sentar em um restaurante", destacou Cláudio Castro.

Em caso de descumprimento das regras, serão aplicadas penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor. A multa será revertida para o Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor (Feprocon). Os valores e a aplicação das respectivas autuações e penalidades caberão ao Poder Executivo, que tomará todas as medidas necessárias para o cumprimento da lei.

ÍNDIA

Acidente de trem deixa ao menos 50 mortos

Um trem expresso de passageiros colidiu com um trem de carga em Odisha, na Índia, resultando na morte de pelo menos 50 pessoas e deixando 350 feridas nesta sexta-feira, segundo o portal Times of India.

Cerca de dez a 12 vagões do trem Coromandel Express, que faz o trajeto entre Shalimar e Chennai, descarrilaram perto de Baleswar e caíram na via férrea oposta.

Após algum tempo, outro trem, que ia de Yeswanthpur a Howrah, colidiu com esses vagões descarrilados, resultando no descarrilamento de mais três a quatro vagões, disse Amitabh Sharma, porta-voz da ferrovia, à agência de notícias ANI.

Os feridos foram levados para o Hospital Médico de Balasore, enquanto os gravemente feridos foram transferidos para o Hospital de Cuttack. Quase 50 ambulâncias foram enviadas ao local, mas a quantidade de feridos parece ser superior à capacidade de atendimento.

"Muitos ônibus estão sendo mobilizados para levar os feridos para o hospital", escreveu Pradeep Jena, secretário-chefe de Odisha, no Twitter. Várias pessoas estão presas sob os vagões descarrilados, segundo informou um repórter da PTI (Press Trust of India), que está no local.

Moradores locais estão ajudando os serviços de emergência no resgate. Porém, a falta de iluminação estaria dificultando a operação durante a noite, segundo apurou o portal Times of India. Trens de socorro ao acidente também foram enviados para o local, segundo um oficial da South Eastern Railway.

Autoridades de diversos departamentos do governo indiano foram enviadas ao local para supervisionar os serviços de resgate.

Médicos e hospitais em Balasore e arredores foram colocados em alerta. Devido ao acidente, seis itinerários de trens tiveram que ser cancelados.

Nota

GOVERNO DO RJ INVESTE CERCA DE R$ 800 MILHÕES EM OBRAS EM SÃO GONÇALO

O Governo do Estado investe cerca de R$ 800 milhões em obras de mobilidade urbana, segurança, pavimentação, drenagem e urbanização em São Gonçalo, na Região Metropolitana.
Realizadas pela Secretaria de Infraestrutura e Cidades (SEIC), as melhorias incluem a construção do corredor seletivo para ônibus, o Muvi – Mobilidade Urbana Verde Integrada –, com investimento de mais de R$ 260 milhões do PactoRJ. As obras começam ainda este mês. Já nos preparativos finais para iniciar a construção, o Muvi irá beneficiar 120 mil passageiros por dia. O corredor expresso terá 18 km e 31 estações entre os bairros Neves e Guaxindiba. O projeto prevê também um novo terminal rodoviário em Alcântara. "O investimento nessas obras de grande importância para os moradores de São Gonçalo vai mudar a realidade da cidade. Esse é um dos muitos compromissos que assumi com a população e estamos tirando do papel", afirma o governador Cláudio Castro. O programa Governo Presente nas Cidades vai iniciar nos próximos dias a pavimentação e drenagem pluvial do bairro Bom Retiro, beneficiando mais de 20 mil moradores. No total, serão investidos R$ 252 milhões.

Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.
CNPJ/MF nº 13.809.243/0001-17 – NIRE 33.208.994.219
Edital de Convocação – Reunião de Sócios
REX Empreendimentos Imobiliários IV Ltda., com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401-A, Leblon, Rio de Janeiro-RJ ("Sociedade"), vem pela presente convocar seus sócios para comparecerem à reunião de a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09/06/2023, às 10:30 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o exame, a discussão e a aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Rex Sul Empreendimentos Ltda. pela Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.*", celebrado nesta data, pelas administrações da Sociedade e da **Rex Sul Empreendimentos Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 11.081.518/0001-13 e NIRE 33.2.0845.194-1, com sede na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, salas 501-A, 502-A e 504-A, Leblon, Rio de Janeiro-RJ ("Rex Sul" ou "Incorporada"), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação da Rex Sul pela Sociedade ("Protocolo e Justificação"); (ii) a ratificação da contratação e nomeação de empresa avaliadora ("Empresa Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação com o objetivo de determinar o valor contábil do patrimônio líquido da Rex Sul, a ser incorporado pela Sociedade ("Laudo de Avaliação"); (iii) a incorporação da Rex Sul pela Sociedade nos termos e condições do Protocolo e Justificação ("Operação" ou "Incorporação"); (iv) o eventual aumento de capital da Sociedade em razão da Incorporação da Rex Sul; e (v) a autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 31/05/2023. **Rodrigo Romualdo Moreira** – Diretor Sem Designação Específica; **Alexandra Catherine de Haan** – Diretora Sem Designação Específica. (01, 02 e 03/06/2023)

Rex Sul Empreendimentos Ltda.
CNPJ/MF nº 11.081.518/0001-13 – NIRE nº 33.2.0.845.194-1
Edital de Convocação – Reunião de Sócios
REX Sul Empreendimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, salas 501-A, 502-A e 504-A, Leblon, CEP 22.430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 11.081.518/0001-13, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.2.0.845.194-1 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar seus sócios para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09 de junho de 2023, às 10 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o exame, a discussão e a aprovação do "*Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Rex Sul Empreendimentos Ltda. pela Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.*", celebrado nesta data, pelas administrações da Sociedade e da **Rex Empreendimentos Imobiliários IV Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 13.809.243/0001-17 e com os seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.2.0899.421-9, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22.430-060 ("Rex IV" ou "Incorporadora"), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da incorporação da Sociedade pela Rex IV ("Protocolo e Justificação"); (ii) a incorporação da Sociedade pela Rex IV nos termos e condições do Protocolo e Justificação ("Operação" ou "Incorporação"); e (iii) a autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Reunião de Sócios encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 31 de maio de 2023. **Rodrigo Romualdo Moreira** – Diretor Sem Designação Específica; **Alexandra Catherine de Haan** – Diretora Sem Designação Específica. (01, 02 e 03/06/2023)